

| | |
|---------------|----------|
| CEDI - R. I B | |
| DATA | / / |
| COD | 03 00106 |

Goiânia, fevereiro de 1990

Caros amigos,

aconteceu em Goiânia/Go no^s dias 24 a 26 de Janeiro o seminário "Fala Calunga", com o propósito de discutir os impactos e os aspectos da Barragem de Foz do Bezerra, além do futuro da comunidade negra Calunga. O seminário foi promovido pelo Departamento de Comunicação Social da UFG (DECOM); Movimento Negro Unificado (MNU), Comitê Calunga e ...Secretaria Do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDUMA), Secretaria de Minas e Energia do Estado (SME) e FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

As Secretarias Estaduais e Furnas além de debatedoras foram financiadoras, o que as fez acreditar que pudessem censurar a lista inicial de convidados. Depois de algumas negociações assim ficou a escala:

24.01.90

PAINEL: IMPACTOS DA BARRAGEM DE FOZ DO BEZERRA

Impactos ambientais: Jadson de Araújo Pires (SDUMA)

Impactos sociológicos: Aurélio Vianna (CEDI/UERJ)

Representante Calunga: Lúcio pereira Damasceno

25.01.90

ASPECTOS DA BARRAGEM DE FOZ DO BEZERRA

Aspectos Técnicos/Legais: Renato Bastos (FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.)

Aspectos Alternativos: Osvaldo Sevã (UNICAMP)

Aspectos Enegeticos: Nassri Bittar (SME)

Representante Calunga: Dona Procópio dos Santos Rosa

26.01.90

PAINEL: O FUTURO DO POVO CALUNGA

Visão Antropológica: Marco Antônio Oliveira (UNIVERSIDADE DE UPPSALA/SUÉCIA)

Visão do MNU: Edson L. Cardoso (EXECUTIVA NACIONAL)

Visão da Imprensa: Nilton José (DECOM/UFG)

Aspectos fundiários: Emilandes de Freitas - Milão -(INCRA)

Representantes Calunga: Dona Maria de Jesus Rodrigues - Dona Geza

Seu Elias

RESUMO DOS PAINÉIS APRESENTADOS

JADSON DE ARAÚJO PIRES - SUPERINTENDENTE DO SDUMA

Ficou em cima do muro. Não se posicionou contra nem a favor à construção de Foz do Bezerra. Segundo ele toda obra causa impactos. De passagem citou que a SDUMA tem como prática discutir tais problemas em audiências públicas, mas em Goiás isso nunca aconteceu. As hidrelétricas em construção tiveram seus projetos aprovados SEM RIMA, em função da resolução do CONAMA, criada em 86, beneficiar obras em andamento. Isso se aplica às hidrelétricas de Corumba I e Serra da Mesa (esta última vem causando sérios problemas ao povo Idígena Avã-Canoeiro, que também será atingido por Foz do Bezerra).

AURÉLIO VIANNA - Antropólogo e Sociólogo do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e pesquisador do Museu da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ) na área de impactos sociais causados por barragens

"...Não há com o que se preocupar, esta hidrelétrica só está planejada para daqui há muitos anos... estão sendo feitos estudos de impactos socio-ambientais". A afirmação anteriormente transcrita é muitas vezes utilizada por técnicos do Setor Elétrico e das secretarias de Meio Ambiente para "tranquilizar" os camponeses que serão atingidos pela formação dos reservatórios (lagos) das grandes barragens.

No entanto, o que a história vem demonstrando é que quando uma hidrelétrica é planejada e os estudos de impactos socio-ambientais são realizados, a construção daquela barragem já está praticamente decidida. Alguns casos de não implantação ou adiamento da construção, vêm em função da organização de Movimentos de Atingidos que mobilizam milhares de camponeses ou ainda da pressão exercida pelos movimentos ecológicos sobre organismos financeiros internacionais e Secretarias de Meio Ambiente.

Assim, o anúncio da elaboração de estudos de impactos socio-ambientais servem como mais um novo impacto social da barragem sobre a população, que fica tranquila e passa anos recebendo informações contraditórias que configuram uma situação de medo. Quanto mais tempo esta situação perdura, mais alterações podem ocorrer nas comunidades, como por exemplo, o incremento de emigra-

cões visando a fuga da inundação.

Isto ocorre hoje com os negros do vale do rio Paranã, chamados Calunga, que moram na região há gerações desde que fundaram quilombos. Cerca de 4 mil Calunga encontram-se na área diretamente afetada pela hidrelétrica Foz do Bezerra, planejada por Furnas Centrais Elétricas S.A. A professora Mari Baiocchi da UFG e o professor Marcos Oliveira já realizaram estudos sobre este fascinante grupamento.

O pânico da população é evidente e os responsáveis pelo empreendimento insistem em "tranquilizar" os Calunga informando que está sendo concluído o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que conterá medidas mitigadoras dos efeitos negativos da implantação da hidrelétrica. Assim, apontam para o reassentamento dos Calunga em outras áreas próximas às que atualmente moram.

O pressuposto do qual se parte, falseia a questão. Para o setor elétrico qualquer efeito negativo provocado pela implantação de uma hidrelétrica pode ser solucionado através de medidas suavizadas.

Assim, além da possibilidade de os responsáveis pelo empreendimento encontrarem área suficiente para o reassentamento da população nos moldes em que atualmente ela se relaciona com a terra, o problema é considerar o reassentamento como uma solução.

Via de regra o reassentamento de camponeses atingidos diretamente por barragens não tem dado certo. Isto aconteceu nos casos das hidrelétricas de Itaipú e Itaparica, onde ainda hoje a situação dos camponeses é precária.

Ocorre que, como o reassentamento, todas as atingidas redes de relações socio-culturais que garantiam a existência e a reprodução social das comunidades camponesas são desestruturadas. Além disto, existe um rápido processo de modernização forçada que obriga os camponeses a aceitar em pouco tempo a utilização de novas técnicas de produção e relacionamento com o mercado. Alguns sobrevivem a este processo, mas parte migra para outras regiões ou periferias de grandes cidades. Assim acontece o término da organização socio-cultural pré-existente, mesmo que com a sobrevivência física de parte das famílias.

Ou seja, a opção de reassentamento como medida mitigadora de impacto social decorrente da implantação de uma hidrelétrica só terá sucesso em determinadas situações de um campesinato modernizado.

Os Calunga, somente desde 1960, vêm estabelecendo maiores contatos com a sociedade abrangente. O Calunga só é Calunga no vale do rio Paranã,

onde tem seus santuários e mantém a cultura do seu povo. Assim, estas comunidades camponesas negras tradicionais somente conseguirão sobreviver enquanto Calunga na sua região.

O processo de decisão na implantação de empreendimentos hidrelétricos pode durar anos. No caso da hidrelétrica Foz do Bezerra, esta situação de indefinição já começa a mostrar seus primeiros efeitos desastrosos. Por isso, esta espera pode ser fatal para a sobrevivência física e socio-cultural de toda uma população. Assim, os Calunga têm com o que se preocupar...

LÚCIO PEREIRA DAMASCENO - CALUNGUEIRO

"Calunga não manda, pede: não tire a gente de lá. Se o País e o Estado nos ouvir, a gente será eternamente grato. Calungueiro é fraco, não tem estudo, mas é lá que sabe viver. Tirar a gente de lá para quê? A gente só sabe viver da roça. A nossa terra é ruim mas é boa para nós. Em 80, a enchente veio alagou tudo, levou a roça, levou casa, mas calungueiro nenhum morreu. Em 81 falhou, em 82 tornou a fracassar nós, e calungueiro nenhum morreu. Este ano, ela veio de novo. Desta vez teve a ajuda do Estado, e se não tivesse, a gente tinha sobrevivido do mesmo jeito. E que eu saiba Calungueiro nenhum morreu. Mas se tirarem a gente de lá, vai começar a morrer calungueiro. O negócio é cada macaco no seu galho: vocês aqui na cidade e os calungueiro no Calunga.

RENAIO BASTOS - REPRESENTANTE DE FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

É peixe grande dentro da empresa. A sua participação foi muito esperada, mas não liberou nenhuma informação nova. Fez um discurso de quase uma hora com slides, contando a história de Furnas desde a sua criação. Tentou provar que a empresa é séria e confiável, mas só conseguiu esvaziar o plenário para o debate que viria a seguir.

OSWALDO SEVÁ - PROFESSOR DO INSTITUTO DE GEO-CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

"...A finalidade da obra é simples: criar uma queda artificial e aproveitar uma parte da vazão do rio Tocantins para fazer girar as turbinas

Se forem obtidas vazões regulares, durante todo o ano, na ordem de 100,200 mil litros por segundo, já é o suficiente para instalar máquinas de tamanho médio; com 100 mil kilowatts, por exemplo. Se forem obtidas vazões maiores, por exemplo 2 ou 3 milhões de litros por segundo, as empresas projetarão as centrais com grandes máquinas de 200,400 mil kilowatts cada uma.

Aí entra a jazida do rio Tocantins, uma jazida de kilowatts nas épocas de maior seca, a vazão do rio antes da confluência do rio Araguaia tem mais ou menos esta medida, um a dois milhões de litros por segundo; mas, frequentemente ultrapassa a marca dos dez milhões de litros, e, nas grandes cheias pode passar dos quarenta ou cinquenta milhões de litros por segundo. Uma portentosa mina de eletricidade.

Foi esta concepção que vigorou desde que resolveram aproveitar os potenciais do Centro-Oeste e da Amazônia. Foi assim que se fez a obra de Tucuruí no Pará, é assim que estão tocando a obra de Serra da Mesa, aqui em Goiás. É assim que se está forçando as providências para construir a barragem de Serra Quebrada, logo acima de Imperatriz próxima à Serra da Mesa. E, sob esta mesma concepção, os estudos já indicam novas obras no rio Paranã, uma das quais é Foz do Bezerro, e para a calha do Tocantins, com obras previstas para Carolina, com um lago enorme que atingirá Pedro Afonso e até a nova capital, Miracema do Norte. E depois as barragens de Lajeado, que atingiria Porto Nacional e a de Ipueiras, com um lago também bastante grande que alagaria a cidade de Peixe e o rio acima até o Paranã.

São obras projetadas pela Eletronorte e por Furnas. Temos já o caso de privatização em grande escala e feita com discriminação, para não se tornar uma controvérsia pública: a obra de Serra Quebrada, será concedida para construção e exploração à associação de empresas formadas pelas americanas Alcoa, Dow Chemical, pela holandesa Billiton e pela brasileira Camargo Corrêa.

Mas, mesmo as obras que são das empresas estatais acabam servindo para beneficiar as grandes empresas industriais e as empreiteiras: Tucuruí fornece eletricidade quase exclusivamente às mesmas Alcoa, Billiton, Camargo Corrêa além da Vale do Rio Doce e dos sócios japoneses da fundição Albrás.

Se então for barrado o vão do Paranã, quem seria beneficiado? É claro que a eletricidade é uma mercadoria valiosa e essencial, e, em princípio, todos os consumidores ligados nestas grandes redes de transmissão do Sudeste/Centro-Oeste/Sul seriam beneficiados; Mas pode também acontecer de se continuar insistindo neste favorecimento aos grandes grupos econômicos.

As barragens são cirurgias definitivas nos rios e nas bacias hidrográficas, e estas obras vem sendo feitas em meio a verdadeiros traumas sociais, dolorosos, onde muita gente empobrece, cai na miséria, adoeca, e vários são tratados sem dignidade, ameaçados e intimidados.

NASSRI BITTAR - SUPERINTENDENTE DA SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA DO ESTADO

Disse que quando se questiona a construção de uma hidrelétrica, deve se pensar na possibilidade de racionamento caso não sejam construídas. Disse que o fato das hidrelétricas serem a melhor maneira de se maximizar os recursos energéticos do país deve ser questionado. Levantou a pergunta de quem deveria responder quais são as melhores alternativas, quem deveria decidir, ou quem deve ser responsável pela pesquisa. Disse que trabalha na área desde 67 portanto não é novato e classificou os questionamentos de prejuízos socio-culturais feitos de "baboseiras de quem não tem o que fazer".

DONA PROCÓPIA DOS SANTOS ROSA - CALUNGUEIRA

"Se Furnas quiser construir a barragem, nós não vamos impedir, mas a gente pede: tem dó de nós."

ERNILANDES DE FRETTAS (MILÃO) - ASSESSOR DA DIRETORIA DE ASSENTAMENTO E COLONIZAÇÃO DO INCRA EM BRASÍLIA. FOI PRESIDENTE DA DESCRIMINATÓRIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA FEITA PELO ESTADO ATRAVÉS DO IDAGO EM 84

"...Na época da entrega dos títulos dos moradores da margem direita do rio Paranã, fez-se uma festa pomposa com a presença da 1ª Dama do Estado. O que se gastou em uma semana de festa poderia ter-se regularizado a outra margem do rio, o que até hoje não aconteceu. Nesta ocasião fez-se muitas promessas de escolas, postos de saúde, estradas e infra-estrutura para ajudar os moradores da comunidade. Passada a festa ninguém mais lembrou das promessas e nem da comunidade. O grupo que tenta visitar regularmente a região precisa muitas vezes desembolsar dinheiro do próprio bolso para financiar as viagens. Agora com a enchente o Calunga foi mais uma vez notícia. Apareceram muitos políticos interessados nas urnas de 90. Fizeram campanha de donativos, levaram helicópteros, enfim, fez-se outra grande festa. Depois "

que passar este momento o Calunga vai ser novamente esquecido. E aí vai ser imprevisível o futuro desta comunidade.

NILTON JOSÉ DOS REIS ROCHA - PROFESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NA UFG

Para o professor Nilton José, a posição da comunidade envolvida na polêmica de construção ou não da barragem, não é exatamente contra Furnas, mas sim contra a incapacidade da empresa em se relacionar abertamente com a sociedade, discutindo os projetos a serem por ela implantados. Segundo Nilton José, o que se questiona é o papel que a empresa, uma estatal que funciona com o dinheiro do povo joga dentro da sociedade, porque não consegue conviver dentro de critérios éticos e políticos partindo de posições diferentes, portanto sem admitir o debate e conclusões honestas a respeito do impacto de usinas hidrelétricas. "Eu queria uma empresa pública que aprendesse a conviver com as pressões sociais, e não só com a pressão dos empresários. Uma empresa pública que estivesse do lado da sociedade." Ele concluiu a sua exposição dizendo que ninguém é contra o progresso, mas o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro precisa ser rediscutido, de forma clara, a fim de que a população não seja prejudicada indiscriminadamente em detrimento de grandes grupos econômicos, a partir de atitudes que geram cada vez mais pobreza e injustiça social.

SEU ELIAS - CALUNGUEIRO

"...Eu vou falar uma palavra aqui relativamente à nossa região Calunga. Nós somos contra a barragem. Eu sou contra. Nossa região é contra. Nós não queremos nunca que saia barragem lá. Se fizer essa barragem lá, para onde nós vai? Nós ficamos de uma maneira, que se for para nós viver só se for nas grutas da Serra. Por ali, por que se for para outro lugar não pode ir. Então nós não queremos a barragem lá, não. Nada mais."

MARIA DO JESUS RODRIGUES (DONA GEZA) - PROFESSORA DO RIACHÃO, CALUNGA

"...Em primeiro lugar eu quero saber porque só aqui no Brasil precisamos de tantas usinas e não temos energia para abastecer certos movimentos. E depois, como também gostaria de saber porque só o Brasil não pode preservar uma comunidade primitiva (simples). Eu gostaria que alguém tivesse a resposta, e depois

queria que alguém abordasse para mim a resposta sincera nas duas perguntas. E falando também, o Brasil não pode preservar um quilombo de nativos, que tem todos os seus direitos? Lá eles nasceram e vivem até hoje, e vivem bem. Se hoje Calungueiro, precisou do Governo, não só Calungueiro precisou. Vamos pensar o seguinte: que a inundação foi no em todo o Brasil, todo o Brasil precisou do Governo para ajudar, não foi só Calungueiro. Porque pode haver uma hipótese assim: calungueiro não precisa do Governo, mas precisou, mas não foi só Calungueiro. Todo mundo por aí, onde teve inundação, onde teve muita água, precisou do Governo. E outras entidades por aí, porque não é só o Governo, sozinho. Essa alimentação para chegar até o Calunga e outros lugares por aí, eu acho que teve outras entidades que percorreram a capital e outros lugares por aí para angariar aquilo que chegou até o Calunga. E até hoje essa saúde não chegou, aliás até o momento que saímos de lá não tinha chegado ninguém da saúde de lá para nada. E de acordo com a natureza e os seus costumes, com suas possibilidades, o calungueiro vive uma vida nativa, mas eles vivem bem, eles jamais se adaptariam sair do Calunga para outra região. Seja ela idêntica ao Calunga, a região lá que ninguém conhece, mas que vários aqui já tiveram lá, e sabem que é muito difícil. Mas é difícil para quem vai lá, porque para eles é fácil, é boa a região."

MARCOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA - ANTRÓPOLOGO SOCIAL PELA UNIVERSIDADE DE ESTOCOLMO. ATUALMENTE DEFENDE TESE DE DOUTORADO NA UNIVERSIDADE DE UPPSALA, SUÉCIA.

"Onde fica esse lugar que se chama Brasil que vocês falam tanto?"

Até bem pouco tempo, a comunidade Calunga era conhecida por poucos. Porém agora a comunidade se encontra em foco em decorrência da ameaça que paira sobre ela da construção de uma hidrelétrica na confluência do rio Bezerra com o rio principal; o Paranã. A construção da barragem faz parte do plano energético brasileiro mais conhecido como Plano Energético 2010. A construção da barragem na Foz do Rio Bezerra, caso seja levada à prática, significará a inundação das terras do habitat da comunidade. Do ponto de vista social e cultural, isso pode significar a destruição da comunidade negra de ex-quilombo que vive na região há mais de 200 anos.

ENTRE VALES E VEREDAS

De Brasília até a região onde vive a comunidade Calunga, o caminho a ser percorrido é de mais de 500 Km sobre o planalto central brasileiro. Os espaços vazios de populações ao longo da estrada é preenchido pelas diferentes formas de paisagens e sua vegetação. A viagem é através dos diferentes tipos de cerrado que vai do cerrado coberto de gramíneas entrecortado pelas veredas e os buritis até o cerrado de vegetação alta e densa. Na região da chapada dos Veadeiros o planalto atinge sua altitude máxima acima do nível do mar. Logo depois começa lentamente a declinar rumo à ponto o rio Paranã na estrada GO-118. A estrada corta uma região de baixada acompanhada pelos dois lados pelas serras da região. A primeira pergunta que nos ocorre ao vislumbramos o horizonte da região do Calunga é sobre a saga dos antepassados até chegarem à região dos atuais membros da comunidade. A área da comunidade situa-se nos vales das serras Geral do Paranã, Areia, Bom Despacho, Tabocas, Boqueirão e outras. Nossas divagações serão interrompidas ao atingirmos a ponte sobre o rio Paranã, ponto mais próximo de acesso à região do Calunga. Aqui outras questões mais práticas vem a cabeça. A de como continuar a caminhada rumo à comunidade e o universo Calunga. O universo de uma comunidade negra que procurou a proteção do rio, dos vales e das veredas para ali viver e refazer seu futuro.

O QUE FAZ O CALUNGA SER CALUNGA

Para caracterizarmos o Calunga como uma comunidade, alguns elementos básicos de sua vida social devem ser considerados: formas de relações entre as pessoas, parentesco, relações no seio da família, entre as diferentes idades, relações na vida cotidiana e em períodos dos fora da rotina (festas, rituais, cerimoniais etc.), e estas com a forma das relações com a ocupação e exploração coletiva da terra. O ciclo anual da produção de elementos materiais e culturais.

No caso específico do Calunga faz-se necessário articular uma dimensão histórica -a história- com o presente, pois os dois processos estão mais elaborados na sua relação com o meio, com as lendas, cantos e visão de mundo.

Uma comunidade negra tipicamente de passado quilombo formada por escravos fugidos ou ex-escravos trabalhando no ciclo da mineração da região: São Félix, (hoje apenas ruínas, no município de Cavalcante), Monte Alegre de Goiás (antigo morro do Chapéu), Cavalcante, Arraias, Niquelândia (antiga Traíras) mesmo de regiões mais distantes. A sociedade Calunga foi a princípio, obrigada a se adaptar a um ambiente isolado geograficamente, desconhecido e inóspito. Além disso só tiveram desde o início uma convivência com grupos indígenas Avã-Canoeiro e mais tarde com a sociedade regional. Só é possível falarmos de comunidade Calunga em termos globalizantes da relação desta comunidade com a natureza à sua volta onde o meio funciona como referência cultural em múltiplas dimensões.

Calunga fala Calunga. Com isso quero dizer que a sua identidade constitui uma teia de relações com a terra, a história e o local ocupado pelos antigos, os lugares de culto, etc. Sua identidade está na sua visão de mundo que coloca a própria sociedade Calunga no mundo terrestre, o mundo deles, o lugar da escravidão e do sofrimento. Acima deste mundo está o mundo celeste, o mundo do bem e da igualdade entre os seres, da terra sem males. E no submundo, o mundo abaixo da terra, mundo sem sol se encontram os galegos (portugueses), o branco, o senhor de escravos.

Sua identidade está estampada no nome dos lugares, em plantas que cultivam, na deferência aos antigos. Tudo isto elaborado e sintetizado em seus rituais onde a sociedade comenta, dialoga consigo mesma. Todo este conjunto de elementos faz desta comunidade um rico acervo cultural do país como um todo.

FOZ DO BEZERRA E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO

A discussão em torno do programa para a construção de uma barragem que inundará toda a região ocupada pela comunidade Calunga, deve ser discutido em relação ao modelo de desenvolvimento em que o projeto da chamada sociedade nacional foi e é assentado naquilo que pode ser chamado de modelo cultural de desenvolvimento. Um modelo que sempre tem colocado a natureza como inimiga do homem e como tal deve ser conquistada, domada (explorada) pela sociedade. Neste modelo, não apenas a natureza é vista como objeto a ser explorado mas também as comunidades negras são vistas como parte desta natureza a ser domesticada. Essas comunidades foram sempre vistas como um grupo de quase seres humanos que ou ainda teriam que percorrer um longo caminho para se tornarem iguais aos homens da chamada força do progresso. Ou vistas como irmãos bastardos de uma raça superior.

Este modelo de natureza como algo perigoso, estranho ao homem, a ser também domesticado (civilizado), foi o motor da marcha para o oeste. O tamanho e as enormes riquezas do país alimentaram esta idéia do combustível necessário a sua propagação. Os recursos da natureza foram sempre vistos como inesgotáveis. A idéia sempre foi de que os recursos de uma determinada região se esgotassem haveria sempre novos recursos em outros lugares do país a serem explorados. Neste processo as chamadas sociedades indígenas ou outras comunidades locais do tipo Calunga sempre foram vistas como um entrave à aplicação deste modelo de desenvolvimento onde os aspectos quantitativos prevaleceram sobre os aspectos qualitativos. O resultado deste modelo tem sido uma política destrutiva, predatória dos recursos ecológicos, dos bens materiais e culturais da sociedade como um todo. Dentro dessa ótica a subjugação e dizimação de sociedades inteiras podem ser vistos como grandes desastres ecológicos. O projeto da barragem da Foz do Rio Bezerra seguem os mesmos padrões de grandes projetos até hoje desenvolvidos no país, seja no setor energético ou não. Sob este ano o que é considerado grande para a sociedade nacional pode ser incomensurável para a sociedade Calunga. O que para a sociedade nacional é um simples detalhe dentro da estratégia global, é para a comunidade negra do Calunga uma questão de vida ou morte. Não se pode em termos culturais afirmar que apenas uma parte da comunidade será atingida (como foi dito por certos participantes do Seminário Fala Calunga), pois a comunidade está de tal forma integrada que seria no mínimo simplista para não dizer desonesto pensar que se pode tratar esta questão sócio-cultural dentro dos limites de cálculos econômicos ou territoriais, encontradas para tentar amenizar os danos sobre as populações atingidas por estes projetos tem sido de insignificante responsabilidade social. O questionamento deste tipo de modelo hoje é feito sob outros prismas, relacionado com o nível das ambições democráticas de cada sociedade. A força da democracia moderna não se baseia simplesmente na polaridade maioria e minoria onde esta tem que se sujeitar pura e simplesmente àquela. Sua força está justamente em garantir os direitos de indivíduos, grupos ou comunidades considerados mais vulneráveis ao abuso de poder exercido em nome da maioria seja ele individual ou institucionalmente, exercida. Por isso no caso específico da comunidade Calunga deve caber a ela a última palavra. Cabe a ela decidir sobre seu futuro. E a responsabilidade dos representantes da chamada sociedade nacional não dever ser ignorada em vista da posição de força e influência que possuem na sociedade.

A comunidade negra Calunga constitui importante acervo de nossa cultura nacional. Os valores que preservou, desenvolveu e elaborou ao longo do tempo, é motivo de orgulho para qualquer visão humanista: foi quilombo, conviveu com a sociedade indígena, e com a sociedade regional. Em todos estes contatos preservou sua identidade cultural, guardou elementos destruídos em outras partes do país. Seu passado deixou-os sempre alerta com relação à sociedade envolvente: o medo da volta ao cativeiro. Sua visão de mundo reforça isto e leva-nos a refletir sobre a questão que os envolve atualmente. Esta comunidade já pagou um preço demasiado alto para a sua sobrevivência.

E o modelo de desenvolvimento que ameaça ainda hoje já demonstrou sua incapacidade em oferecer à maioria de sua população parte da riqueza gerada pelo próprio modelo. Isto já nos ocorreu mesmo nas sociedades onde hoje este tipo de modelo está sendo questionado e revisto. Já é tempo de ser revista essa tendência predatória que destrói em nome de todos mas em benefício de poucos. O mundo já deu muitas voltas e a sociedade nacional tem comprovado sua eficiência em destruir os recursos naturais e humanos. Já é tempo de ser revista essa tendência predatória que só destrói o que existe de mais natural no homem o sentimento de ser, ele mesmo, natureza.

Para finalizar, lembremos das palavras ditas por um membro da comunidade no início e perguntarmos:

Onde vai ficar o Brasil se continuar (a desconhecer comunidades como a Calunga) a destruir o que sempre o fez Brasil?
